

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

M MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IX - Nº 139 - 2ª QUINZENA DE SETEMBRO DE 1997 - R\$ 1,00

Congresso do PT aponta para uma Frente Popular Ampla com setores da política burguesa. Rechacemos o caminho da conciliação de classe. Construir uma Frente Revolucionária Antiimperialista para pôr abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC.



PSTU se uniu à Articulação para bloquear a tendência de luta dos professores-SP

Governo aumenta repressão contra as lideranças do MST. É necessário lutar em defesa de Rainha e Stedile! Lutemos também em defesa dos outros sem-terra perseguidos pelo governo por reagirem às agressões dos fazendeiros.

A nova lei eleitoral torna ainda mais antidemocrático o regime político. Favorece amplamente os grandes partidos burgueses e praticamente impede a participação de pequenos partidos.

Respondamos com luta a ofensiva do governo contra a Previdência!

A Quinzena de Luta do Movimento Operário

* Bancários em campanha salarial montam passarela, no centro de São Paulo, com desfile de modas representando o descontentamento da categoria, as altas tarifas e as longas filas dos bancos. Reivindicam 23,82%

de reajuste da inflação. Os protestos "artísticos" isolados não serão capazes de pressionar os banqueiros e o governo. Somente com a greve se poderá arrancar conquistas.

* Trabalhadores do Supermercado Carrefour fazem protesto contra a opressão e irregularidades no trabalho: revista a funcionários e registro de caixas como recepcionistas.

* Metalúrgicos da Metal Fac entram em greve contra o atraso no pagamento do salário de agosto.

* Trabalhadores da fundição da Cofap, de Santo André em greve exigindo salário igual para a mesma função. O teto salarial é de R\$ 3,99/hora e alguns receberam inferior e diferenciado. Todos os 810 operários cruzaram os braços e prometem fazer greve por tempo indeterminado. No início do Plano Real a Cofap possuía 13 mil operários, hoje somam 4,5 mil.

* Carteiros em greve nacional (desde 05/09) fazem passeatas e promovem piquetes para barrar os fura-greve. Reivindicam 21,39% de reposição, 5% de aumento real, piso de R\$ 820,00, tíquete-refeição a R\$ 12,00 e data-base em dezembro. A ECT convoca concursados e contrata temporários passando por cima da lei de greve que diz que não pode haver substituições durante o exercício da greve.

* Metalúrgicos da Tolyng (Grupo Plasma-tic) em greve há 5 dias contra o calote nas res-

cisões dos demitidos e fazem vigília em frente à fábrica impedindo a retirada das máquinas, pois patrões querem transferir a fábrica para São José dos Campos.

* Petroleiros alertam a Petrobrás sobre demora nas negociações e possibilidade de greve. Com a experiência da greve de 32 dias em maio de 95, os petroleiros retornam fortalecidos para lutar por suas reivindicações, mesmo com a multa dos sindicatos acumulada em US\$ 74 milhões.

* Metalúrgicos da Yakoya e da Jomer entram em greve exigindo Participação no Lucro e Resultados (PLR)

Vicunha demite em massa novamente.

Há um ano do fechamento da fábrica no Tatuapé, em que foram demitidos 1300 operários, o Grupo Vicunha demite 534 operários, em Anápolis (GO) para onde foram transferidos os equipamentos da unidade de São Paulo com a garantia de abertura de postos de trabalho na região Centro-Oeste.

A "desculpa" dada aos operários para a demissão é que há funcionários demais para produzir 1,2 milhão de metro/mês de tecido em apenas seis itens que operam as máquinas. O Grupo está investindo R\$ 100 milhões para aumentar a produção em até 32 itens de algodão e veludo. Em nota distribuída aos operários diz: "A Vicunha precisa tornar-se mais competitiva para enfrentar os desafios do mercado".

O Grupo Vicunha é um poderoso império, que a cada dia acumula mais e mais capital às custas da exploração de mão-de-obra barata. Em 1991 comprou a produtora de polímeros da empresa ICI, em 93 comprou 9,13% na privatização da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). Formou joint-venture com a DuPont, desembolsou US\$ 33,5 milhões para amortecer a dívida da Hering do Nordeste etc. Os donos da Vicunha já disseram que os operários deveriam trabalhar de graça para levantar a empresa.

O desemprego em massa que o sr. Steibruch (dono do Grupo) promove vai além dos limites da Vicunha (veja matéria sobre CSN). Ora as máquinas são obsoletas (ausência de indústria de bens de capital - máquinas e equipamentos - e necessidade da importação) ora é a tecnologia. Acontece que o sistema capitalista está fundamentado na acumulação de capital e exploração do trabalho. O desemprego em massa e a miséria da maioria

são consequências. Só a luta pelo controle operário da produção poderá responder aos ataques da burguesia.

Contra o desemprego. Contra todas as privatizações.

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), privatizada em 1993, demitiu 8000 trabalhadores desde o início do ano. Em junho criou o programa "Cinturão do Aço" formando parceria com 32 empresas para prestação de serviços causando desemprego também em outras categorias profissionais.

As 8000 demissões significam uma economia de menos de 4% do faturamento, sendo que os gastos com pessoal é de apenas 18% do faturamento da empresa. O objetivo da CSN privatizada é obter um lucro superior a R\$ 1 bilhão e o sangue-suga Steinbruch (novo controlador da CSN) anuncia que cortará mais 2800 postos de trabalho.

A privatização é a concentração de riqueza e da propriedade privada dos meios de produção (formação de cartéis e trustes) nas mãos de uma minoria que comandam a economia e por consequência o poder do Estado.

Chega de demissões! Lutemos pela escala móvel das horas de trabalho e pelo controle operário da produção!

Participação no lucro e aumento salarial

As reivindicações de participação no lucro estão se tornando corrente no movimento operário. Na verdade, a PLR escraviza ainda mais o operário, que tem de produzir mais o ano inteiro na "tentativa de conquistar o suado lucro" que não significa aumento salarial, não conta para efeito de aposentadoria, nem em carteira de trabalho.

O aumento real de salário, a reposição e o reajuste salarial não dependem de aumento de produção e do lucro dos patrões. É a reivindicação por salários de acordo com o custo de vida, custo de alimentação, vestuário, moradia, saúde, transporte, educação e lazer. O aumento salarial é incorporado ao salário. Esta deve ser a conquista dos operários.

Os metalúrgicos da Ford de São Bernardo haviam recusado proposta de PLR de R\$ 2.650,00 a 3005,00 subordinada à produção de 265 mil unidades e ameaçavam greve quando dirigentes sindicais e a comissão de fábrica "preferiram construir o acordo". A Ford em agosto vendeu 30.071



veículos em agosto, com um aumento acumulado no ano em 81,7%. Além disso, o setor de autopeças aumentou o preço em 2000% de várias peças, como por exemplo, um carter passou de R\$ 9,68 em abril para R\$ 213,82 em mai (2108% de aumento).

A PLR para os metalúrgicos da Volkswagen varia de R\$ 2650,00 a R\$ 3000; na Scania de R\$ 2650,00 a R\$ 2.782,00; na Mercedes é de R\$ 2.200.

O total de vendas da indústria automobilística às concessionárias atingiu 173.463 unidades e direto ao consumidor 167.189 unidades. Precisariamos totalizar o valor de cada unidade vendida para calcular o lucro das empresas e depois dividir entre todos os metalúrgicos. Este cálculo já demonstra para quem a PLR é vantajosa: para os capitalistas que exploram os trabalhadores física e monetariamente; obtém alta produção, aumentam as jornadas e os salários continuam os mesmos na folha de pagamento.

Combatamos a farsa da participação nos lucros, que só serve para evitar a luta pelo salário mínimo real de 1800 reais, reposição de todas as perdas e escala móvel de reajuste.

As sindicalizações dos metalúrgicos

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo irá dar prêmios (aparelho de som e televisores) aos delegados sindicais que comparecerem à plenária da categoria para discutir a pauta de reivindicações e para os que fizeram mais de 50 sindicalizações, além de sorteio de 2 Corsas, na assembléia de aprovação da pauta. O Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André cria cooperativa habitacional para associados. Em São Caetano, sorteio de televisores a cada dois meses, só para associados.

O baixo índice de sindicalização se deve à política de colaboração com os patrões. Ao invés de defender o direito ao trabalho, a redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários, os sindicalistas negociam pacotes de demissões, abandonando o trabalhador desempregado como se não fosse mais um profissional da categoria. As campanhas da data-base se resu-

mem em PLR e reivindicações assistencialistas (cesta-básica, convênio médico, tíquete-refeição etc.). Quando deveriam lutar por melhores salários e pelos direitos trabalhistas e sociais.

A sindicalização feita desta maneira demonstra a má fé das atuais direções com o dinheiro dos próprios associados. Gastam comprando produtos dos nossos exploradores e fazem como os patrões dando apenas prêmios. Os sindicatos são organismos de defesa dos trabalhadores e o dinheiro arrecadado deve ser utilizado nas campanhas salariais como fundo de greve, em campanhas para os desempregados, quer dizer, em benefício dos trabalhadores associados ou não.

FHC paga funcionários federais para que votem as ações judiciais em favor do Estado.

O "Diário Oficial da União" publicou no dia 10/09/97, Medida Provisória concedendo aumento salarial de 62% a 251% a 7.585 servidores, entre 4.206 inativos. São eles servidores na área estratégica do Estado: advogados e assistentes da Advocacia Geral da União, defensor público, procurador e advogado de autarquias e fundações públicas federais, procurador do Tribunal Marítimo, servidores de nível médio e superior do Gabinete Militar da Presidência da República (futura Agência Brasileira de Informações), fiscal de cadastro e tributação rural, orientador de projeto de assentamento e engenheiro agrônomo do Incra. Segundo o secretário da administração, Bresser Pereira, "há ações judiciais muito violentas contra o Estado"... "queremos gente boa e bem paga"... "que ganhavam muito abaixo do mercado".

Por outro lado, ataca a maioria do funcionalismo. Eis, algumas das "Medidas Privativas" e ditatoriais de FHC contra o funcionalismo:

1. Não reconhecimento da data-base dos servidores em janeiro;
2. Congelamento dos salários há 3 anos (desde o Plano Real);
3. Fim da readmissão dos servido-

res demitidos no governo Collor e anistiados pela Lei 8.878/94;

4. Fim da conversão em pecúnia de 1/3 de férias dos servidores;

5. Fim de liberação de dirigentes sindicais e proibição de haver liberdos em sindicatos com menos de 1000 filiados;

6. Demissão de servidores não-estáveis (out/83 a out/98);

7. Fim da licença prêmio de três meses a cada 5 anos;

8. Proibição do pagamento de horas-extras no serviço público;

9. Transformação do anuênio em quinquênio;

10. Fim da jornada de trabalho de 06 horas;

11. Ampliação de contratação temporária, sem concurso público;

12. Proibição da acumulação de remuneração com proventos da aposentadoria;

13. Restrição ao direito de greve dos servidores;

14. Restrição do pagamento de auxílio-alimentação ao servidor que cumpra carga de 40 horas semanais;

15. Nega aos servidores civis o reajuste de 28,86% concedido aos militares;

16. Cobrança de até 12% dos proventos dos aposentados para o plano de seguridade.

Frente a isso, a burocracia sindical apenas colabora com o governo. Nossa resposta é lutar para pôr abaixo o Plano antinacional e antipopular do governo, através da ação direta (greves, manifestações).

NACIONAL



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

ASSINATURAS: SEMESTRAL (12 EDIÇÕES) - R\$ 15,00 - FALE COM O DISTRIBUIDOR DESTA JORNAL.

De que lado ficamos?

No norte do Paraná, Jundiá do Sul, 50 famílias de sem-terra, entraram em confronto com o fazendeiro Alfredo Zane Grama e seus seguranças, na verdade capangas. Estes foram armados exigirem a desocupação. No choque, os capangas atiraram, acertando um dos líderes dos sem-terra. Em resposta, os sem-terra os cercaram, os dominaram, os amarraram e lhes deram uma sova.

Resultado: a burguesia fez uma campanha nacional contra a "barbarie" dos sem-terra. Algumas lideranças do MST do Paraná concordaram com a burguesia, afirmando que o ocorrido foi um ato de "covardia" amarrar e socar o fazendeiro e seus capangas. Em seguida, foi decretada a prisão das lideranças.

Rechaçamos a campanha da burguesia e a posição do MST de apoiar a defesa do fazendeiro e capangas. Quaisquer que sejam os confrontos entre fazendeiros e sem-terra, estamos do lado dos sem-terra. Trata-se de uma posição de princípio.

A liderança do MST do Paraná, que qualificou de "covarde" a atitude de revolta dos sem-terra, colocou-se do lado do fazendeiro, do governo e da polícia. Covardia é se colocar do lado do opressor em nome dos oprimidos.

Será que as lideranças do MST não aprenderam com a lição de Eldorado dos Carajás? Quando houve o massacre dos sem-terra em Rondônia, o MST não fez nada para defender o movimento. E por quê? Porque era uma dissidência. Pouco tempo depois, o massacre atingiu os camponeses no Pará. Só que, desta vez, a sanha da repressão não foi contra nenhuma dissidência, mas sim contra o MST.

Voltemos ao essencial. Estamos numa sociedade de classe em decadência. Os trabalhadores da cidade e

do campo vivem sob o açoite do salário de fome, do desemprego, da expulsão dos camponeses pobres das terras e de toda sorte de flagelo social. Mediante qualquer luta, por mais pequena que seja, a burguesia responde com a polícia, com a lei de greve, com demissões e com massacres. Esse é o quadro de barbárie.

Pretender que a luta de classes se dê pelas vias pacíficas é sonhar. E sonhar nessa situação é favorecer os inimigos dos explorados. Estes jamais agirão de forma pacífica. Basta ver o exemplo do ocorrido em Jundiá do Sul. O fazendeiro foi exigir a desocupação de sua fazenda com capangas armados, que atiraram nas lideranças. Covardia é apoiar o fazendeiro, estando na direção do MST.

Nossa bandeira é: liberdade imediata aos sem-terra; pela entrega da fazenda aos ocupantes; organizar a autodefesa operário-camponesa contra a força paramilitar dos latifundiários.

Nacional



Reforma eleitoral torna regime mais antidemocrático

O Senado modificou a proposta que regulamenta a reeleição. As mudanças tornam a disputa eleitoral ainda menos democrática, favorecendo amplamente o presidente e os governadores, a corrupção eleitoral e anulando as forças políticas minoritárias e os votos de protesto.

FHC e os governadores poderão valer-se amplamente das inaugurações de obras e da máquina pública até às vésperas das eleições. Além disso, contarão com o reforço dos votos brancos, que foi reintroduzida nas eleições. Com isso, os votos brancos serão usados para reduzir o quorum e melhorarão as condições de vitória em primeiro turno de FHC, além de contarem favoravelmente aos gover-

nadores. O segundo turno fica eliminado para as disputas estaduais, e com isso o uso da máquina administrativa deve prevalecer tranquilamente sobre as demais campanhas.

A burguesia utiliza do mecanismo antidemocrático do segundo turno a seu bel prazer. Quando pretende usá-lo como último recurso contra alguma candidatura indesejada ou prematura, então apresenta-o como instrumento democrático. Do contrário, remove-o para que não prejudique seus planos. O segundo turno é um instrumento antidemocrático, criado para fazer com que um candidato majoritário possa ser derrotado pelos conchavos e pelo poder econômico. Sua retirada na conjuntura atual é acompanhada de uma série de mecanismos que fraudam ainda mais as eleições.

Para as futuras eleições de 2002, a coisa vai ficar ainda pior: os partidos terão de conseguir 5% dos votos nacionais, e pelo menos 3% em inúmeros estados, o que quer dizer que terão de ter muito mais de 5% em alguns estados. A burguesia aponta para o fim dos partidos pequenos.

Os parlamentares petistas sequer

se contrapuseram à ameaça aos pequenos partidos. O reformismo petista mostra-se incapaz de se contrapor conseqüentemente às mudanças antidemocráticas. Sequer consegue ser radical no campo da democracia burguesa. Sua impotência vai abrindo caminho para que a burguesia aumente o totalitarismo.

No Brasil, não há autêntica liberdade política e de organização partidária. O problema não está em quem financia ou não as campanhas, se o estado (como querem o PMDB e PT) ou os grupos econômicos (como quer FHC). Não há nenhuma forma de controle popular sobre tais financiamentos, que nada mais são que uma das formas de corrupção política e econômica, que são alicerces do Estado burguês.

Os revolucionários lutam pelas liberdades democráticas para poderem denunciar mais amplamente a farsa da democracia burguesa, que sempre é a expressão da ditadura de classe dos exploradores contra os explorados.

CPMF dá mais de um bilhão ao governo em um mês: Governo comemora aumento de arrecadação de impostos

Foi anunciado que cresceu enormemente a arrecadação de impostos. A causa, admitida pelo governo, foi o aumento da arrecadação de CPMF, que pode dobrar em 1997 os 5 bilhões de reais previstos.

A CPMF é um imposto que recai fundamentalmente sobre os assalariados. É falsa a idéia de que uma porcentagem igual para todos é mais democrática. Isto porque qualquer porcentagem sobre um salário de fome faz muito mais falta do que a mesma fração sobre os altos ganhos do capital.

O aumento de imposto se deu sobre aumento do consumo popular, que vem basicamente dos salários.

Assim, como já havíamos previsto, o aumento de impostos é um mecanismo do governo FHC para fazer com que os assalariados paguem o custo do parasitismo financeiro, que sustenta o plano Real.

O POR defende que somente os capitalistas paguem impostos, e a isenção para os assalariados, que devem ter o salário protegido com a escala móvel de salários, que acompanha passo a passo os aumentos de preços, instrumento usado pelos capitalistas para escapar dos impostos.

NACIONAL

11º Encontro do PT aprova liberdade total de aliança com os partidos da burguesia

O 11º Encontro do PT foi apresentado como dramático. Para a sua ala direita, liderada pela Articulação, tratava-se de vida ou morte para o partido a aprovação da total liberdade de aliança. Para o bloco de esquerda, onde a mais esquerda é "O Trabalho", tratava-se da vida do PT a necessidade de traçar limites para as alianças.

De forma a configurar graficamente as duas linhas, apresentavam-se duas candidaturas para a presidência nacional do PT: a direita, com José Dirceu e a esquerda, com Milton Temer.

Nesse quadro, não faltaram prognósticos sobre uma possível cisão do PT. Também não faltou propaganda jornalística sobre a retomada de uma moção que obriga as correntes organizadas, como "O Trabalho" e "Democracia Socialista", a se dissolverem integralmente no PT ou então caírem fora, como ocorreu com a expulsão da Convergência Socialista.

E o que aconteceu de fato com o 11º Encontro? Apenas um jogo de cena. O caudilho Lula outra vez fez a estrela de David brilhar por cima de todas as correntes internas. Mais fielmente, não se precisou de muito esforço para a estrela da Articulação pairar sobre todos. Milton Temer da oposição compareceu como um dos principais defensores da candidatura de Lula. E este, por sua vez, condicionou a que tivesse total liberdade de negociar alianças eleitorais com quem quer que seja.

A esquerda da esquerda do PT, "O Trabalho", em suas teses, depois de choramingar as mazelas burguesas

do PT e de reclamar necessidade de defender os interesses dos trabalhadores, conclui exigindo a candidatura de Lula para derrotar a burguesia. Eis a pérola: "Frente à gravidade por que passa o país, fruto da política criminosa de FHC, é nossa responsabilidade apresentar a candidatura de Lula que, sendo a principal liderança do PT, simboliza as aspirações que a maioria dos trabalhadores deposita no PT".

A Democracia Socialista, que está à direita do "O Trabalho", faz a seguinte acusação: "A maioria do Diretório Nacional desrespeitou a política de alianças aprovada pelo 10º Encontro Nacional, autorizando coligações com partidos de direita"(...). Esse autorizou significa que o PT realizou alianças, nas municipais, com partidos como PFL etc.

E que conclusão política a DS tira de tal fato? Reconhece que o PT funciona nos moldes dos partidos burgueses? Que é uma burocracia que o comanda acima de qualquer Encontro? Não! Permanece com a ladainha do PT fazer alianças apenas com alguns partidos, entre eles os burgueses, como PSB e PDT.

Para a DS e O Trabalho, é possível aliança com o PSB e PDT, como se não fossem partidos da burguesia. Certamente, os ditos trotskistas aceitaram a frente popular como estratégia para o PT chegar ao poder. Por isso, o problema da aliança diz respeito apenas até que partido burguês se pode estender as mãos.

Essas correntes, que desgraçadamente ainda evocam Trotsky e o Programa de Transição, colaboram com

a estratégia de poder do reformismo, tendo por estrela guia o caudilhismo de Lula. O defensor mais aberto e descarado da livre aliança é Lula. Antes da abertura do 11º, o caudilho não fez outra coisa senão alimentar o noticiário sobre a posição de que sua candidatura estava condicionada à política de aliança colocada pela tese da Articulação.

Nem bem terminou o Encontro, o opositor do bloco de esquerda, Milton Temer, fez um chamado para Brizola compor com Lula a candidatura de frente popular. Pouco depois, Brizola se dispôs a ser o vice na chapa. E todos esperam que Ciro Gomes e o anfitrião PSB não estraguem a festa da unidade das ditas esquerdas. Bem entendido, esquerdas na política burguesa. De proletário, nada tem o PT e as esquerdas internas.



Manifesto Pela Construção de uma Oposição Revolucionária

O nosso país vive a cada dia uma crise sócio-política e econômica profunda. O governo FHC, aprofunda a política de privatizações e a reforma administrativa, aprovando por último "quebra da estabilidade dos servidores públicos" e o plano real, cada vez mais, mostra a sua fragilidade e sua artificialidade. É nesse contexto político que se insere o nosso Estado, onde o governo Garibaldi (PMDB) e a prefeita Wilma (PSB e PFL) aprofundam os seus ataques contra os serviços públicos. Garibaldi retoma agora no mês de agosto, através da assembléia legislativa, os seu projeto de reforma administrativa. Em nível de município, a prefeita Wilma também ataca os serviços públicos com a mesma política de congelamento salarial, quer retirar as eleições diretas para direções de escolas e postos de saúde.

Por isso, os trabalhadores dos serviços públicos devem retomar os seus métodos de luta: mobilização, organização por local de trabalho, atos de rua, discutindo e organizando uma greve geral da categoria como parte de uma greve geral no país, pois as condições para tal estão dadas -implementação da proposta neoliberal via plano real e reformas administrativas dos governos: federal, estadual e municipal.

Nesse sentido, a CUT e as direções dos sindicatos cumprem um papel muito importante: mobilizar e organizar os trabalhadores, o que não acontece com a direção do nosso sindicato e da CUT, que cada dia mais se dispersam. As mobilizações que dizem fazer são somente pregar cartazes em algumas escolas. Além de defendem a LDB, não respondem se contrapondo aos projetos dos governos e prefeitos como: reformas, congelamento salarial, promoção vertical, acúmulo de cargos, fechamento de bibliotecas municipais, etc., até hoje sem solução. O SINTE também não respondeu e sequer discute com a categoria a retomada da campanha salarial reivindicando o reajuste salarial de imediato. Haja vista que várias categorias se mobilizam e arrancam mesmo abaixo da média. Até a polícia setor de difícil mobilização, saiu em luta em vários Estados. Que isso sirva de exemplo para os trabalhadores da educação e de outros servidores públicos.

E por esta razão que nós da CORRENTE PROLETÁRIA DA EDUCAÇÃO, afirmamos: precisamos construir uma oposição revolucionária à direção de nosso sindicato.

Portanto, fazemos um chamado aberto a todas as correntes políticas e companheiros independentes que concordem com esse chamado, para juntos discutirmos a elaboração de um programa proletário para a oposição, que se coloque pela ação direta da classe e avance nos seus métodos de luta, construindo uma consciência classista da nossa categoria e sindicato.

Dentro desta preocupação colocamos alguns pontos que julgamos representar o centro da luta política:

A oposição deverá um programa em defesa das reivindicações imediatas dos trabalhadores da educação combinando com a estratégia da revolução e ditaduras proletárias: Neste sentido, defendemos o seguinte plano:

a) Rechaçar integralmente o plano FHC e as reformas de Garibaldi e Wilma, por uma campanha nacional

na pela derrubada do Plano Real e pela defesa das reivindicações vitais dos trabalhadores (salário mínimo real de R\$ 1.800,00 , reajustes automáticos, reposição de todas as perdas salariais e trabalho e emprego para todos);

- Contra a Implementação da LDB Privatizante;

- Contra o Programa de Desligamento Voluntário (PRODEVIR);

- Pelo Concurso Público e pela Implementação da Promoção vertical;

- Reajuste Salarial Imediato

b) Barrar a ofensiva privatista. Pela reestatização das estatais e defesa do estatismo sob controle dos trabalhadores;

c) Não pagamento da dívida externa e rompimento de todos os acordos com os países imperialistas;

d) Expropriação dos Latifúndios sem indenização e entrega das terras aos camponeses pobres;

e) Criação dos Tribunais Populares para apurar e punir os crimes dos responsáveis pelos massacres dos camponeses sem terra e todos os crimes da burguesia.

f) Rechaçar as frentes Populares, que submetem os trabalhadores à política burguesa, Construir a Frente Única Antiimperialista;

g) Lutar pelo fim do governo pró-imperialista de FHC, Garibaldi e Wilma e pela derrota da estratégia do Governo Democrático e Popular que tem submetido as organizações sindicais à linha reformista de manutenção do capitalismo e que se aprove a estratégia do Governo Operário e Camponês, fruto da revolução social (ditadura do proletariado);

h) Defesa do Método da ação direta (greves, manifestações de rua, ocupações etc.) e da unidade dos trabalhadores contra o capitalismo e seu Estado;

i) Rejeitar a Reforma Privatista do Estado e defender um único sistema de ensino público, gratuito, laico e vinculado à produção social, como única forma de acesso à educação em todos os níveis.



A aliança do PSTU com a Articulação contra a greve

A assembléia, realizada no Masp, aprovou a proposta do PSTU, contrária à greve. A diferença entre a proposta da Articulação é a do PSTU estava na data. A primeira propunha uma assembléia para início de outubro, quando as negociações já estivessem quase concluídas. Isso porque o governo concedeu um prazo até 15 de outubro para a apresentação do Plano de Carreira. O PSTU propôs que a assembléia fosse uma semana antes, dia 23. Eram tão iguais as propostas que o PSTU aproveitou o mesmo calendário da Articulação. Ou seja, discussões nas escolas nas duas últimas aulas e o dia 19 como um dia estadual para o debate do Plano de carreira, também nas escolas. Tudo era tão igual que a base da Articulação preferiu votar na proposta do PSTU. Por sua vez, a diretoria não fez nenhuma objeção contra a mesma, como é sua prática quando se trata de propostas opostas à Articulação. Enfatizamos que eram duas propostas contrárias à greve.

O centrismo do PSTU serviu para reforçar a conduta colaboracionista da diretoria da Apeoesp. Juntos defenderam o não enfrentamento grevista à reforma da educação do governo Covas. O discurso de que era preciso preparar mais e por isso era necessário votar o "estado de greve" não passa de traquinagem para dar tempo ao governo para impor um Plano de Carreira, oposto aos interesses da classe.

O radicalismo verbal de que deveríamos realizar uma assembléia no Palácio dos Bandeirantes, também assumida pela Articulação, escondia por detrás a vacilação na organização grevista do professorado. O PSTU propôs "uma grande assembléia" no Palácio sem que a classe estivesse em greve. Como se fosse possível mobilizar uma grande massa de professores sem que houvesse os comandos de greve. Veja o absurdo: Os comandos regionais de mobilização estão dando aula e no tempo de sobra visitam milhares de escolas para preparar essa tal assembléia. Esse é o caminho da derrota do movimento dos educadores. Com isso, a burocracia da Apeoesp fica isenta da responsabilidade do fracasso do movimento. Essa não é a primeira vez que o PSTU serve à burocracia. Basta que lembremos da greve de 1993, quando o PSTU propôs a saída "pacífica" dos professores que ocupavam a Assembléia Legislativa.

A Corrente Proletária na Educação, juntamente com o Coletivo dos Trabalhadores, a Liga Operária etc. defendeu a greve por tempo indeterminado. Obteve por volta de 35% dos votos da Assembléia. Um setor do professorado radicalizado não aceitou as maracutias da diretoria e nem o disfarce do PSTU. Estava disposto a enfrentar a reforma que vem destruindo o emprego, salário e a escola pública através da greve. Para esse setor já estava evidentemente que qualquer possibilidade de arrancar ou manter antigas conquistas deverá ser através da unidade grevista por tempo indeterminado, ou seja, quando a classe ganhar às ruas em grandes manifestações contra a política educacional do governo.

O mecanismo de esperar (estado de greve) só fortalece a ofensiva de Covas. Certamente, o governo continua livre para impor o seu Plano de Carreira. O poder de "negociação" das direções está limitado pela ausência de mobilização da classe. As paralisações de aulas e discussões nas escolas estarão fragmentadas e submetidas às pressões locais de di-

retor de escolas, do setor conservador do professorado e pais de alunos. A ação centralizada de Covas para continuar com a reforma do ensino deverá ser respondida também com uma ação centralizada, daí a greve. Qualquer outro mecanismo, nesse momento, que fragmenta, isola, parcela a mobilização em vez de dar coesão a classe acaba fortalecendo o governo. Nesse sentido, o PSTU se somou à Articulação para derrotar a possibilidade da greve do professorado. Mesmo que o PSTU coloque o problema da greve na assembléia do dia 23/9, não o isenta da responsabilidade de ter colaborado com a política da burocracia da Apeoesp de combater duramente a greve por tempo indeterminado.

Educação



A aliança do PSTU com a Articulação impõe o isolamento à greve dos correios

O PSTU faz parte da diretoria dos correios. Na Assembléia dos correios defendeu a greve. Na assembléia dos professores se colocou contra a greve. A passeata de correios e professores cruzaram-se nas ruas do centro de São Paulo: um setor em greve e outro que acabava de votar a proposta do PSTU de não-greve.

Evidentemente, a vitória da luta grevista dos correios depende da quebra do isolamento. Uma greve dos professores, que ganhasse as ruas e se somasse com a dos correios seria passo decisivo para a unidade grevista. E esta muito importante para combater o governo e impo-lhe a derrota.

Assim, a política do PSTU contrária à greve em professores contribuiu para o isolamento dos correios e para a ampliação da pressão do governo de contratar novos trabalhadores para ocupar a vaga dos grevistas. Uma parte dos correios ficou temerosa, com medo de perder o emprego, e também não viu nos atos isolados a possibilidade de demover a política de miséria do governo. A responsabilidade do PSTU passou a ser dobrado quando abortou a greve dos professores e colocou no isolamento a greve dos funcionários dos correios. É justamente essa corrente política que vive criticando a burocracia por dividir os movimento. Nas palavras o PSTU é um, na prática é outro. A posição do PSTU de não ter por estratégia a unidade dos correios e professores corresponde a sua política centrista e reflete uma linha de sindicalismo corporativista.

Proposta da Secretaria da Educação para o Plano de Carreira

A Secretaria da Educação, apresentou à Apeoesp, uma nova proposta de Plano de Carreira. Esta surgiu após a assembléia do dia 22, quando as direções sindicais se posicionaram contrárias à greve. Eis a essência da proposta:

1) Mantém o pressuposto básico de que a implantação da nova carreira está diretamente vinculada ao funcionamento do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental (Fundão);

2) Rebaixa mais ainda o piso (de 635,00, que era a 1ª proposta, para 610,00 para PI);

3) Cria quatro níveis como possibilidade de progressão;

4) Amplia a distância salarial entre os

professores e os cargos de chefia, diretor e supervisor;

5) Qualquer possibilidade de progressão se dará dentro das respectivas classes. Ou seja, PI com nível superior não evoluiria para o nível de PIII. Sua evolução se dá dentro de sua classe de PI;

6) O enquadramento do magistério será feita de forma lenta (no mínimo de 6 meses);

7) Apresenta uma jornada sob a forma de hora-relógio e não hora/aula, reduzindo as horas de trabalho pedagógico fora da escola.

Esses sete elementos da proposta são suficientes para demonstrar o objetivo central do governo. Quer ludibriar a classe com a estória de nova carreira, quando na verdade quer implantar a municipalização. O Plano de Carreira é o pano de fundo para transferir parte da rede estadual para os municípios. Não é por acaso que vincula o Plano com o Fundão. A nova carreira não passa de velhas propostas de ampliação da superexploração

do trabalho e de arrocho salarial. O piso salarial de 610 reais, por 40 horas semanais, é um acinte, quando um salário mínimo vital está em torno de 1500 reais. A jornada sob a base de hora/relógio tem sido um dos motivos de grande descontentamento dos professores principalmente os PI. A distância salarial entre o professor e o diretor/ supervisor foi ampliada, de 610 reais (PI) para 1308 reais (supervisor início de carreira), o que enfatiza as relações de poder.

Como se vê, da primeira negociação não saiu nada que interessa ao magistério. As direções ficaram acudadas diante da proposta da SE e nada puderam fazer a não ser aguardar o dia da nova negociação. Certamente, essa política do governo de negociar com as diretorias das entidades tem surtido o efeito desejado. O prazo vai espirar e Covas vai alegar que consultou as entidades dos magistério para implantar o Plano de Carreira e, conseqüentemente, a municipalização.

Natal

Caminhada contra a L.D.B. da municipalização do ensino e pelo reajuste imediato salarial

Nós da CORRENTE PROLETÁRIA DA EDUCAÇÃO achamos que essa caminhada deve contrapor-se aos projetos de reforma do ensino, ditados pelo Banco Mundial, implementados pelos governos FHC e Garibaldi. O Projeto Nordeste já retirou a Pré-escola das escolas estaduais, e o governo Garibaldi já se reuniu com os prefeitos do interior, tratando da municipalização do ensino, onde no próximo ano pretende repassar o ensino fundamental (1º grau menor ou maior) para os municípios e os mesmos assumirem tal ensino, conjuntamente com as parcerias. O que significa a empresa pública e a privada coexistindo no interior da escola. E

é nesse sentido que já começaram a criação das Caixas Escolares e as UEX's (Unidade Executora) na rede municipal. E já se implementou os 200 dias conforme a L.D.B.

Devemos também encaminhar nossa luta em defesa do concurso público, da licença especial e que se implemente imediatamente as promoções verticais. Pois o governo pretende acabar com tudo isso. Um exemplo disso são os estagiários que hoje representam cerca de 50% ou mais em escolas do 2º grau. Precisamos convocá-los para a luta também.

Um dos pontos chaves da nossa campanha salarial deve ser: Reinvidicarmos um reajuste imediato de salários, pois a inflação do Real é de 70% nesses três anos, por si só, nos aponta essa defesa. Por isso defendemos que o eixo da Campanha Salarial seja: Contra as Reformas do Ensino, e por um Reajuste Imediato de Salários.

A direção do nosso sindicato não fala em reajuste salarial, nem tampouco nas reformas. Vejam o eixo da Campanha Salarial, em defesa da Escola Pública. Hoje, com a privatiza-

ção do ensino se concretizando, essas palavras não passam de fraseologia demagógica. Defender a Escola pública, hoje, é ser contra a implementação da L.D.B. e a direção do SINTE a defende. É só vermos os cadernos trazidos da C.N.T.E.. Defendem também parte da reforma do ensino, os Conselhos Municipais por exemplo. Por isso, essa direção prefere um eixo sem sentido nenhum para a categoria. Desprezando consignas e bandeiras que representam a luta dos trabalhadores em educação.

Defendemos também a construção de uma greve geral na educação e no país, para derrubar os projetos neoliberais (Plano Real e a constituição de comitês anti-imperialistas, que caminhe para a construção de uma Frente Única Anti-imperialista com a finalidade de travar a luta pela destruição do capitalismo.

Pelo o exposto acima, precisamos também travar uma luta contra a direção do nosso sindicato, construindo também uma oposição revolucionária.



Balanço das Eleições do CR da AFUSE

O funcionalismo público vem sofrendo um brutal arrocho salarial nestes últimos anos. A quebra da estabilidade e o processo de desmonte dos serviços públicos vem passando pela categoria como um rolo compressor.

O governo Covas orgulha-se em demitir 16.000 servidores sem a aprovação da quebra da estabilidade e usa de verdadeiro terrorismo para submeter uma parcela de sua categoria à sua política.

Estes três anos de governo Covas são marcados pelo arrocho salarial, avaliações de desempenho fechamento de escolas e desmembramentos de Delegacias de Ensino.

Um fator determinante para a implementação dessa política é a falta de mobilização dos sindicatos.

A direção da AFUSE que sente na pele a política destruidora de Covas não moveu uma palha para tentar impedir esta ofensiva. Ao invés de convocar assembléias estaduais, reduziu seu poder de fogo às reuniões de CRs, onde uma pequena casta corrompida delibera sobre as decisões que deveriam ser tomadas em conjunto.

No mês de agosto, foi realizada as eleições para o conselho de representantes da AFUSE.

Uma parcela da categoria descontente com a situação do sindicato, deveria ser ludibriada a qualquer custo e justificar seu voto no último dia 29.

O gancho político usado, foi o gancho salarial e os processos de insalubridade.

Utilizaram-se de um discurso legalista e assistencialista para eleger CRs comprometidos com a sua política sem nenhuma discussão política na base.

A hipocrisia desta política foi colocada a nu quando a diretoria soltou pouco antes das eleições um panfleto dizendo "Vitória! Conseguimos o gancho salarial", isto depois de 10 anos em tramitação em fóruns, e só receberemos em 1999. Outro absurdo é que a direção sindical para abrir processos para os serventes e auxiliares de serviço que queiram receber o atrasado da insalubridade, estão pedindo atestado de pobreza.

As Eleições na Região de Itaquera, Guaianazes e São Matheus

A política da *Corrente Proletária na Educação*, foi completamente diferente, elegeu-se sobre um programa de luta, onde os funcionários de

escola ficaram cientes de que sem mobilização e sem o uso dos métodos próprios da classe (greves, ocupações, passeatas massivas, etc.) a categoria não arrancaria nada do governo. Nós diferenciamos também pela organização da mobilização dos dias 3, 4 e 5. Sentimos a disposição para a luta na base.

Enquanto isto a diretoria regional batia na tecla dos processos, na colônia de férias, convênios e gatilhos.

Como não se conseguia cobrir as 120 escolas da região (divididas em duas delegacias 11ª de Itaquera/São Matheus e 21ª de Guaianazes) a comissão eleitoral optou por colocar às cédulas nas "caixinhas" das Delegacias de Ensino para que os funcionários fizessem as eleições. O cheiro da fraude impregnava o ar.

Avaliação da Mobilização

A paralisação de advertência dos dias 3, 4 e 5 aconteceu. Os funcionários da Educação, mostraram uma tendência à luta. As discussões sobre a paralisação eram feitas e a necessidade de paralisação era visível. Isso podemos constatar claramente nas escolas onde a Corrente Proletária fez as discussões, mas havia também uma desconfiança de quem dirigiria e como seria organizada a mobilização.

Por que ocorreu esta situação?

Basicamente se deu pela política defendida pela direção do Sindicato. Esta defendeu uma paralisação de advertência de três dias, não tinha a menor intenção de colocar nas ruas a classe, apenas de chamar a atenção do governo para abrir negociações, ou seja não haveria que mobilizar realmente a classe.

Afirmamos isto ao analisar o quadro de como se encaminhou a discussão. As decisões foram tomadas em um conselho regional, ou seja por um setor minoritário dos funcionários de educação (que na sua maioria são os próprios diretores regionais). Além disso houve uma omissão dos próprios diretores regionais que não concordavam com a mobilização. É por isso que o interior não estava representado na Assembléia do dia 5.

As Migalhas Oferecidas por Covas

O governo procurou ludibriar mais uma vez os trabalhadores da educação. Sentindo a vontade de luta, ofereceu as migalhas de sempre, gratificações de 30 a 50 reais, e propôs abrir negociações em torno de um Plano de Carreiras com o QAE (Qua-

dro de Apoio Escolar), excluindo o QSE (Quadro da Secretaria de Estado). Que foi rapidamente aceito pela diretoria da AFUSE. Diziam: "É melhor aceitar este pouco do que nada, não temos condições de rasgar dinheiro, temos responsabilidades e por isto aceitamos". E ainda tem a cara de pau de falar que: "se os funcionários quisessem lutar, estariam na Praça, na Assembléia sem nenhuma convocação, pois os comandos seriam desnecessários..." isto quando fizeram de tudo para não organizar a classe.

Devemos Construir uma Verdadeira Direção

Esta mobilização demonstrou o papel nefasto da atual direção da AFUSE, que segue a orientação reformista do PT de tentar a todo custo canalizar as lutas da classe para a pressão ao Parlamento e ao Executivo. Desta forma mesmo com uma tendência de mobilização, não foi possível materializá-la.

A classe percebeu que não era ela através da Assembléia Geral que tomaria as decisões e que a direção não estava disposta a travar uma luta conseqüente.

Por isso colocamos a necessidade de construirmos a Corrente Proletária da Educação como uma estrutura sólida, para varrermos o imobilismo de nosso Sindicato e para que a classe através de sua própria organização consiga a vitória.

Para isto é preciso que os companheiros engrossem nossas fileiras, para que juntos possamos impedir este duro ataque que o governo Covas nos está impondo.

OPERAÇÃO
Educação



Natal

I Conferência Estadual dos Servidores Públicos do RN

A I Conferência Estadual dos Servidores Públicos ocorreu, assim como os CECUTs, com pouca discussão política. Foi controlada pela política burocrática das correntes petistas e, dessa vez, com o auxílio do MTS (PSTU).

Foram feitas duas teses, que circularam durante a Conferência. Uma da Corrente Proletária Sindical (POR) e a outra do MTS (PSTU). A Articulação e demais correntes petistas não apresentaram teses. A Corrente Sindical Clássica (CSC - PCdoB) não compareceu à conferência, pois estava realizando conferência estadual do partido.

A conferência contou com duas mesas de debate: a primeira foi a Reforma do Estado, que teve como debatedor Jorge Pires (PE/Articulação). Na sua

exposição, não tocou nos pontos centrais da reforma, como demissão de servidores públicos, ataque direto às conquistas sociais etc. E concluiu fazendo uma defesa da filiação da CUT à CIOSL, o que causou uma polêmica na plenária. Caiu em grande contradição quando falou que a CIOSL tinha uma história de traição.

A outra mesa foi sobre a organização dos servidores públicos, onde o convidado foi uma professora da UFRN, também dita petista, mas de linha academicista. Nenhuma vez se referiu à luta dos servidores públicos (greve), inclusive furou a última greve da universidade.

A conferência não armou os servidores públicos federais, estaduais e municipais para a luta contra os governos FHC, Garibaldi e Vilma. Porque a greve geral, colocada pela Corrente Proletária Sindical ficou nas discussões dos grupos. O PSTU e o PT não levaram as discussões dos grupos à plenária, somente as propostas de proporcionalidade qualificada, nas quais o PT recuou e se votou por unanimidade, como consenso.

Diante da base, a Articulação não teve argumentos para se contrapor. Também foi à plenária com a propo-

sição de Frente Popular. Defendida pelo PT, com o nome de "Frente Ampla", e como "Frente Classista" sob a defesa do PSTU. Ambas são eleitoreiras, voltadas exclusivamente para a eleição presidencial. Esta última foi aprovada.

Foi claro o oportunismo do PSTU, ao utilizar os mesmos métodos da Articulação: bloqueou as discussões políticas nas bases, quando votou na proposta de 20% para aprovação nos grupos. Chegando nos grupos, não queriam a votação das teses.

A Corrente Proletária Sindical entrevistou na conferência defendendo a construção de uma frente única antiimperialista e a unidade dos servidores como forma de derrubar os governos e o projeto neoliberal. Denunciou também em plenária as manobras da burocracia, que prejudicaram o avanço da compreensão política dos delegados. Denunciou a proposta das frentes eleitoreiras o oportunismo do PSTU, que se aliou à Articulação e demais correntes petistas para evitar o avanço das idéias revolucionárias.

Movimento Operário



Corrupção

O governo Covas é tão corrupto quanto o governo de Maluf

O governo do social-democrata Covas (partido da dita "burguesia progressista" do PT) mostra que de fato não tem diferença nenhuma com relação à corrupção do que os governos direitistas como o de Maluf.

O governo de São Paulo está pagando R\$ 93,20 milhões à empresa espanhola Renfe para reformar 48 trens (locomotiva elétrica e

mais 2 vagões) da série 440. São trens sucateados que a empresa ferroviária espanhola doou à Companhia Paulista de Trens Metropolitanos.

O pior é que estes trens terão de ser totalmente adaptados para poderem trafegar na ferrovia paulista. Terão de instalar um novo sistema de ar condicionado e principalmente alterar o espaço entre os trilhos (bitola) que são incompatíveis.

Não houve nenhuma licitação para a reforma, o governo alega que a empresa espanhola detém toda a tecnologia dos 440, suas peças não existem mais no mercado e qualquer

manutenção ou peça de reposição deverá ser feita ou adquirida pela Renfe.

Enquanto isto existem 241 trens esperando serem reformados em São Paulo.

Esta é mais uma forma do governo entreguista de Covas se aliar ao Plano de Fome de FHC de repasse das verbas para o imperialismo. É a mesma política de sucateamento da indústria nacional. Não esqueçamos que o PT e o PCdoB apoiaram Covas no 2º turno.

Campanha dos 150 anos do Manifesto Comunista

Publicamos a quarta e última parte do texto de Trotsky, escrito em outubro de 1937, editado aos 90 anos do Manifesto Comunista. Em outubro de 1998, estaremos a 150 anos dessa extraordinária obra do proletariado mundial. E estaremos a 51 anos da redação do texto de Trotsky. O leitor observará como os comentários de Trotsky continuam válidos e de grande importância para o entendimento do Manifesto de Marx e Engels.

90 anos do Manifesto Comunista (última parte) Leon Trotsky

5. Concebido para uma época revolucionária, o Manifesto contém (final do capítulo II) dez consignas, que correspondem ao período de transição direto do capitalismo ao socialismo. Em seu prefácio de 1872, Marx e Engels declararam que estas consignas se tornaram em parte antiquadas, ou então, em todo o caso, somente de importância secundária. Os reformistas interpretaram esta avaliação no sentido de que as consignas transitórias revolucionárias tinham cedido lugar para sempre ao “programa mínimo” social-democrata que, como é bem sabido, não ultrapassa os limites da democracia burguesa. De fato, os autores do Manifesto indicaram com muita precisão a correção fundamental de seu programa de transição, a saber: “A classe operária não pode simplesmente tomar posse da máquina estatal existente e colocá-la em marcha para seus próprios fins”. Em outras palavras, a correção se dirigia contra o fetichismo da democracia burguesa. Marx logo contrapôs o estado do tipo da Comuna ao estado capitalista. Este “tipo” mais tarde assumiu a forma mais gráfica de soviets. Não pode haver um programa revolucionário, hoje, sem soviets e sem controle operário. E, além disso, as dez consignas do Manifesto, que se tornaram “arcaicas” na época da atividade parlamentar pacífica, hoje recobram completamente seu verdadeiro significado. Por outro lado, o “programa mínimo” da Social-democracia se tornou irremediavelmente antiquado.

6. Baseando suas expectativas em que “a revolução burguesa alemã ... não será mais do que o início de uma revolução proletária imediatamente posterior”, o Manifesto faz referência às condições muito mais avançadas da civilização europeia em comparação à Inglaterra do século XVII e à França do século XVIII, e o desenvolvimento muito maior do proletariado. O equívoco deste prognóstico não se deve somente à data. A revolução de 1848 mostrou em poucos meses que precisamente, sob condições mais

avançadas, nenhuma das classes burguesas é capaz de levar a revolução a seu término: A grande e média burguesia tem vínculos demasiado estreitos com os latifundiários e o temor das massas a imobiliza; a pequena burguesia se apresenta demasiadamente dividida, e em suas camadas dirigentes se mostra demasiadamente dependente da grande burguesia. Como evidencia todo o curso subsequente do desenvolvimento na Europa e Ásia, a revolução burguesa por si só, em termos gerais, já não pode se consumir. Somente sob a condição de que o proletariado, livre da influência dos partidos burgueses, se coloque à cabeça do campesinato, estabelecendo sua ditadura revolucionária, pode conceber-se a liquidação de todo o resíduo feudal da sociedade. Por este fato, a revolução burguesa se entrelaça com a primeira etapa da revolução socialista, para dissolver-se logo nesta última. A revolução nacional se torna desse modo um elo da revolução mundial. A transformação das bases econômicas e de todas as relações sociais assume um caráter permanente.

Para os partidos revolucionários dos países atrasados da Ásia, América Latina e África, torna-se uma questão de vida ou morte a clara compreensão da conexão orgânica entre a revolução democrática e a ditadura do proletariado, portanto, com a revolução socialista internacional.

7. Enquanto descreve como o capitalismo arrasta em sua voracidade países bárbaros e atrasados, o Manifesto não contém nenhuma referência à luta dos países coloniais e semicoloniais por sua independência. Dado que Marx e Engels consideravam a revolução social, “pelo menos nos países civilizados mais importantes”, como uma questão que devia se resolver em uns poucos anos, para eles o problema colonial estava automaticamente resolvido, não como consequência de um movimento independente das nacionalidades oprimidas, senão como consequência

da vitória do proletariado nos centros metropolitanos do capitalismo. Portanto, no Manifesto nem sequer se faz referência de passagem às questões da estratégia revolucionária dos países coloniais e semicoloniais. Entretanto, estas questões exigem uma solução independente. Por exemplo, é bastante auto-evidente que, enquanto a questão do “nacionalismo” se converteu no mais daninho dos freios históricos dos países capitalistas adiantados, ainda permanece como um fator relativamente progressivo nos países atrasados que se vêem obrigados a lutar por uma existência independente.

“Em resumo, os comunistas”, declara o Manifesto, “apóiam em todo lugar o movimento revolucionário contra o regime social e político existente”. O movimento das raças de cor contra os seus opressores imperialistas é um dos movimentos mais importantes e poderosos contra a ordem existente e, portanto, exige o apoio incondicional e ilimitado por parte do proletariado de raça branca. O mérito do desenvolvimento de uma estratégia revolucionária para as nacionalidades oprimidas corresponde primordialmente a Lenin.

8. A parte mais antiquada do Manifesto -

Internacional



não no que respeita ao método senão ao material - é a crítica da literatura "socialista" da primeira parte do século XIX (Capítulo III) e a definição da posição dos comunistas em relação a vários partidos de oposição (Capítulo IV). Os movimentos e partidos enumerados no Manifesto foram varridos tão drasticamente pela revolução de

1848 ou pela contra-revolução posterior que ninguém deve buscar até mesmo seus nomes em um dicionário histórico. Entretanto, também nessa secção, o Manifesto talvez esteja mais próximo agora de nós do que esteve da geração anterior. Na época do florescimento da II Internacional, quando o marxismo parecia exercer uma influência sem rachaduras, poder-se-ia haver considerado que as idéias do socialismo pré-marxista tinham permanecido definitivamente no passado. Hoje as coisas são distintas. A decomposição da Social-democracia e da Internacional Comunista engendra, a cada passo, mostruosas reincidências ideológicas. O pensamento senil parece ter-se tornado infantil. Em busca de fórmulas

salvadoras, os profetas na época de decadência decobrem novamente doutrinas enterradas faz muito tempo pelo socialismo científico.

No que respeita à questão dos partidos de oposição, que as décadas passadas introduziram as transformações mais profundas, não só no sentido de que os velhos partidos foram substituídos por outros novos, mas também no sentido de que o mesmo caráter dos partidos e suas relações mútuas modificaram radicalmente nas condições da época imperialista. Portanto, o Manifesto deve ser ampliado com os documentos mais importantes dos "IV Primeiros Congressos da Internacional Comunista", a literatura bolchevique essencial e as decisões das conferências da IV Internacional.

Já comentamos mais acima que segundo Marx nenhuma ordem social desaparece de cena antes de esgotar suas potencialidades latentes. Entretanto, uma ordem social antiquada não cede seu lugar a uma ordem nova sem opor resistência. Uma mudança de regime social pressupõe a luta de classe em sua forma mais aguda, isto é, uma revolução. Se o proletariado, por uma razão ou outra, se mostra incapaz de derrotar, com um golpe audaz, à renitente ordem burguesa, então, o capital financeiro em sua luta por manter seu domínio instável não pode fazer outra coisa senão converter a pequena burguesia, a que empobreceu e desmoralizou, em exército fascista dos pogroms. A degenerescência burguesa da Social-democracia e a degeneres-

cência fascista da pequena burguesia estão inter-relacionadas como causa e consequência.

Na atualidade, a III Internacional leva a cabo em todos os países a tarefa de enganar e desmoralizar os trabalhadores, muito mais desenfreadamente que a Segunda. Ao massacrar a vanguarda do proletariado espanhol os despreendidos mercenários de Moscou não só abrem caminho ao fascismo senão que executam, além disso, uma boa parte de suas tarefas. A crise prolongada da revolução internacional, que está se convertendo cada vez mais em uma crise da cultura humana, se reduz essencialmente a crise de sua direção revolucionária.

Como herdeira da grande tradição, da qual o Manifesto do Partido Comunista constitui seu elo mais precioso, a IV Internacional está educando quadros novos para solução de velhas tarefas. A teoria é a realidade generalizada. A urgência apaixonada por reconstruir a realidade social se expressa numa atitude honesta perante a teoria revolucionária. Na parte sul do continente negro, companheiros de nossas mesmas idéias têm sido os primeiros a traduzir o Manifesto no idioma africano, o que constitui outra demonstração gráfica do fato de que o pensamento marxista, hoje, só vive sob a bandeira da IV Internacional. O futuro lhe pertence. Quando se festejar o centenário do Manifesto Comunista, a IV Internacional terá se convertido na força revolucionária decisiva de nosso planeta.



Saúde

Bem cedo o PAS mostrou para que serve

Desde a implementação do PAS, temos criticado seu projeto afirmando que esta é a forma utilizada pela prefeitura paulistana para privatizar a saúde e passar a sua competência para os planos de saúde.

A atual crise em que se encontra é a prova cabal de que caminhamos a passos largos para esta situação se concretize.

O problema principal do PAS é que ele transformou os postos de atendimento à saúde (postos de saúde nos bairros, hospitais) em

módulos cooperativados dos antigos funcionários da saúde, ou seja deixaram de ser de responsabilidade da prefeitura para passá-los aos administradores destas cooperativas, inclusive na compra de materiais, equipamentos e remédios. A verba para a manutenção deste sistema deveria ser repassada pela prefeitura.

Ocorre que com o atraso do repasse (a prefeitura deixou de repassar cerca de 60 milhões de reais aos módulos) e o corte das verbas (dos 840 milhões de reais previstos a Câmara governista aprovou somente 500 milhões de reais), começam a faltar medicamentos e materiais hospitalares. Por sua vez, os administradores dos módulos começam a racionar o uso dos equipamentos, materiais para exames clínicos e demais materiais hospitalares, além de se endividarem

com seus fornecedores.

A recente informação do Secretário da Saúde Masato Yokota de que os recursos previstos no Orçamento municipal do ano para o PAS se esgotarão em meados de setembro demonstram a amplitude da crise.

É necessário a partir de agora organizar os profissionais da saúde e a população atendida pelo PAS num grande movimento de luta contra a privatização da saúde e do retorno do atendimento médico nos antigos moldes anteriores a política privatista do PAS.

Mas para isto é necessário passar por cima das direções imobilistas do Movimento de Saúde que procuram resolver este problema com uma simples pressão de sua esquálida banca da parlamentar à justiça..

150 anos do Manifesto do Partido Comunista

(1ª parte)

Iniciamos com esse texto uma série de artigos que dizem respeito à história do Manifesto do Partido Comunista. Para nós, a campanha dos 150 anos tem o objetivo de defender a construção do partido internacionalista, que só pode ser a IV Internacional.

I. A situação em que Marx e Engels redigiram o Manifesto

O Manifesto foi redigido em fins de 1847 e inícios de 1848. Em fevereiro de 48, saía a primeira edição, em Londres. No mês seguinte, centenas de exemplares foram enviados para a França, onde explodia a revolução contra o regime da oligarquia financeira, sob a monarquia constitucional de Luis Felipe.

Com a fachada republicana, encerraria o ciclo da revolução burguesa na França. A burguesia como um todo se incorporou no Estado. Ainda que o proletariado não estivesse em condições para se tornar a classe dirigente, mas não deixando de bater-se pela revolução, Marx e Engels não mediram esforços para que o Manifesto expressasse a independência de classe frente à buguesia e pequena burguesia democrática.

Sem dúvida o Manifesto, o programa da Liga dos Comunistas, não pôde exercer influência nos acontecimentos revolucionários de 1848, dada a pequena inserção dessa organização, mas teve o mérito de responder no fogo da luta com uma política proletária. Rechaça qualquer ilusão de que a democracia burguesa seja a meta do proletariado e de que sob ela a opressão e miséria serão diminuídas. O Estado é um comitê burguês de gerenciamento de seus negócios. É esta a caracterização feita no Manifesto, quando o proletariado se batia no interior da revolução de 1848 na França.

Na obra posterior, "A luta de classes na França de 1848 a 1850", Marx demonstrará através dos fatos as premissas do Manifesto. "Ao converter sua sepultura em berço da república burguesa, o proletariado obrigava a esta, ao mesmo tempo, a manifestar sua forma pura, como Estado cujo fim confesso é eternizar a dominação do capital e a escravidão do trabalho". Em seguida completa mostrando que "a dominação burguesa, livre de todas as travas, tinha de transformar-se imediatamente em terrorismo burguês".

Vemos, assim, que o Manifesto foi gestado num período de esgotamento das revoluções buguesas, em que o proletariado ainda não tinha condições para impor sua dominação, mas

tinha condições para gerar um programa e uma diferenciação ideológica opostos à burguesia que se consolidava historicamente. Um programa antagônico ao capitalismo triunfante e que já apresentava os germes de sua degenerescência.

Antecedendo às jornadas revolucionárias de 1848, que se estenderam da França para vários outros pontos da Europa, o ano de 1830 foi extremamente convulsivo. O ano de 1840 foi o apogeu da reação. Mas já em 47 se reanimavam as lutas. É nesse caldeirão, dos ecos tardios das revoluções burguesas, que logo a burguesia se mostrará reacionária frente às revoltas populares. É nesse mesmo caldeirão que Marx e Engels lutarão por constituir um partido proletário internacionalista.

Em 1846, Marx e Engels se dedicaram a uma atuação organizativa em torno do denominado Comitê de Correspondência, sediado em Bruxelas, cujo objetivo era de aglutinar os setores mais avançados da militância proletária e constituir o partido. O movimento cartista inglês já havia demonstrado seus limites políticos e ideológicos. Embora tivesse sido importante para a evolução organizativa do proletariado, não pôde elaborar um programa comunista e assentar uma teoria revolucionária.

Através dos Comitês de Correspondência, Marx e Engels procuraram se aproximar dos melhores lutadores do movimento social, inclusive do cartismo. Mas a tarefa de constituir um partido era extremamente difícil, dado que o proletariado na maioria dos países ainda estava em formação sob o impulso da revolução industrial. E a sua imaturidade política estava de acordo com tal desenvolvimento social. Entretanto, o proletariado já se projetava como classe no interior das revoluções democráticas e ameaçava a burguesia.

Marx e Engels viam a necessidade de constituir um núcleo comunista voltado a intervir nos acontecimentos, assegurar um programa de independência frente à burguesia e formar um partido internacionalista. Eis por que procuram expandir os Comitês de Correspondências de

Bruxelas (Bélgica) para outros países.

Nesse mesmo momento, funcionava a denominada Liga dos Justos. Esta era uma organização secreta influenciada por idéias epígonas do socialismo utópico, numa versão de socialismo-cristão, representado principalmente por Wilhelm Weitling, um autodidata que Marx procurou atrair para as idéias do socialismo científico, mas que acabou sendo um duro adversário.

A Liga dos Justos havia convidado Marx e Engels a nela participarem. Mas estes, no início, não viam como transformá-la, uma vez que as posições da Liga eram contrárias às que defendiam. Entretanto, os acontecimentos revolucionários foram mostrando a justeza das diretrizes e elaborações teóricas dirigidas desde o Comitê de Correspondência de Bruxelas, que lograram penetrar na Liga dos Justos. Criaram-se as condições para o entendimento do fundo conservador e reacionário do denominado "socialismo verdadeiro", que em nome de não defender bandeiras democráticas da revolução burguesa defendiam as bases do antigo sistema feudal.

Em fins de 1846, a direção da Liga dos Justos se transfere da França para a Inglaterra, e se propõe a constituir um partido. Já penetrada das influências de Marx e Engels, convida-os a contribuí-

Internacional



rem na elaboração do programa.

Nos inícios de 1947, os dois companheiros acabaram por concordar com o convite da Liga dos Justos, considerando as possibilidades de se estruturar um núcleo do partido comunista. Em junho de 1947, foi realizado o I Congresso da Liga dos

Justos. Marx não pôde participar. Nele se adotou como base programática um texto redigido por Engels, inicialmente denominado "Esboço de Uma Profissão de Fé", depois mudado para "Princípios do Comunismo". Trata-se de uma série de perguntas e respostas, que expõem os princípios

do socialismo científico. Ao mesmo tempo se redigiu um novo estatuto e se mudou o nome de Liga dos Justos para Liga Comunista. Como se constata, houve uma total transformação da Liga dos Justos, configurando uma grande evolução e uma derrota do "socialismo verdadeiro".

Campanha dos 150 Anos do Manifesto Comunista

As Revoluções no Século XX

Este texto é uma síntese do debate realizado no dia 30/08/97 na CUT Nacional

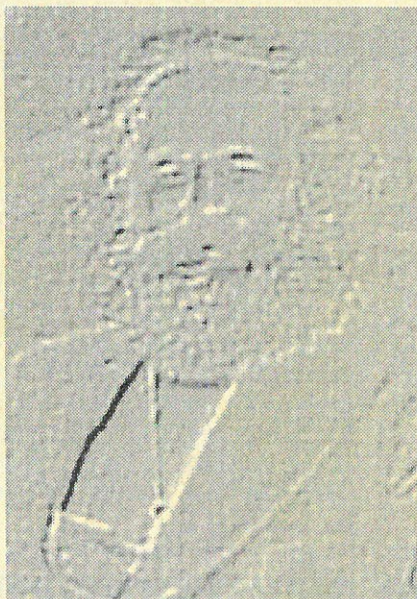
A palestra-debate sobre as Revoluções no século XX teve o mérito de provocar uma intensa discussão sobre as teses da revolução proletária contidas no Manifesto. Um dos pontos que mais provocou atenção foi o papel do partido e do programa nas Revoluções.

O século XX está marcado por guerras e Revoluções. A razão está em que o capitalismo nessa fase se caracteriza por ter alcançado seu máximo desenvolvimento na forma imperialista. Ou seja, no predomínio do capital financeiro, no parasitismo econômico dos monopólios, no esgotamento da partilha do mundo entre as potências e no empobrecimento crescente das massas.

A Primeira e a Segunda Guerras Mundiais foram expressão desse esgotamento e da necessidade de uma nova partilha. A guerras interimperialistas expuseram toda barbárie do sistema capitalista mundial na sua forma monopolista. E assinalaram as tendências bélicas desse regime social, que afloram assim que os mercados se esgotam e avançam os desequilíbrios entre as potências. É nesse quadro histórico que as Revoluções têm lugar.

A primeira revolução vitoriosa no século XX foi a Russa, em 1917. Pela classe social que a dirigiu, pelo programa e partido, foi a primeira revolução proletária triunfante. O proletariado russo, ao se tornar classe dirigente do novo Estado e expropriar a burguesia, realizou uma das premissas do Manifesto, que é a de destruir o Estado burguês e se tornar classe hegemônica.

Posteriormente, o estalinismo irá negar uma outra tese do marxismo, que é a de que o comunismo só é possível com o triunfo mundial do proletariado. As de-



mais Revoluções que derrotaram a burguesia, como as do Leste Europeu, chinesa, vietnamita e cubana, ocorreram sob a égide do princípio estalinista do socialismo em um só país.

Na atualidade, em toda parte, o estalinismo deu lugar à restauração capitalista. Trata-se de um retrocesso conjuntural e não de uma vitória histórica do capitalismo, como pretendem demonstrar os ideólogos da burguesia.

O capitalismo encontra-se em seu impasse estrutural e só tem a oferecer a barbárie. Um outro aspecto da exposição referiu-se às guerras de emancipação nacional, como a do Congo Belga, Argélia, Angola etc. Nenhuma se caracterizou como revolução proletária. Não ultrapassando o nacionalismo burguês. De colônias, passaram à condição de semicolônias. Assim, continuam a arcar com a espoliação imperialista.

A exposição terminou demonstrando o fracasso do nacionalismo burguês e do estalinismo. E colocou a importância do internacionalismo marxista, que implica construir o partido mundial da revolução

socialista. Foi sobre essa base que se deram as divergências e convergências sobre a importância do programa e do partido. Mas ninguém questionou que o século XX se caracterizou e se caracteriza pelo socialismo ou barbárie.

Informes Nacionais

Em 23 de agosto realizou-se a 3ª reunião nacional e nela foram tiradas as seguintes propostas:

- 1- Aprovou o uso da CUT Nacional como Sede Nacional
- 2- Tirou-se que se discutirão nos estados as propostas das atividades nacionais, que deverão se realizar entre 21 de abril e 1º de maio de 1998. Três atos regionais (proposta: Rio Grande do Sul, Belém e uma capital do Nordeste) e uma atividade nacional massiva no Rio ou São Paulo
- 3- Foram encaminhados a necessidade de organizar um Boletim Nacional, publicações com os artigos e conferências relativo aos eventos
- 4- Foi eleita uma Coordenação Nacional para encaminhar os trabalhos entre as reuniões

Próxima reunião

Dia 27/09/97 (Sábado) - das 9:00 às 10:30 hrs. Reunião de Trabalho do Comitê Estadual das 10:30 às 13:00 hrs. Debate com representante do MST As Lutas de Classes na Sociedade Contemporânea
As reuniões do Comitê Estadual acontecem na CUT Nacional na Rua Caetano Pinto 576 - Brás
A Participação é Livre e as Reuniões Abertas



Debate em defesa das lideranças do MST na PUC

O Comitê contra a Opressão Social e Política da PUC organizou um debate em defesa das suas lideranças perseguidas politicamente, particularmente José Rainha, que está ameaçado de condenação. Trata-se de um julgamento político, o qual tem sido utilizado pela burguesia e pelo governo para condenar o MST e os métodos de luta de ocupações de terra e resistência. Dois palestrantes abriram os debates: um membro da Comissão de Justiça e Paz (Direitos Humanos) - Antonio Carlos Fester - e uma liderança do MST - Delwek Matheus.

Fester iniciou expondo dados da desigualdade social e explicando o que buscam os defensores dos direitos humanos. Citou inúmeros dados que mostram que o capitalismo faz progredir a barbárie mundial e, em especial nos países atrasados como o Brasil. A mortalidade e escravidão infantis, o desemprego e criminalidade crescentes, a expansão do armamentismo, a destruição das conquistas sociais, a degradação do ambiente etc. foram citadas como elementos que comprovam que o aumento da violência está ligado ao aumento da opressão social.

Então abriu um parênteses para explicar que defender os direitos humanos não é defender bandido, mas que os presos tenham condições "humanitárias" nas prisões. Ressaltando que entende que lugar de bandido é na cadeia. Para quem fala da injustiça social, é uma tremenda contradição ignorar que a maior parte dos presos que lotam as cadeias são justamente as vítimas da opressão social, que praticam pequenos crimes para sobreviver, enquanto que a burguesia e seu Estado se mantêm impunes de todos os seus crimes de classe.

Colocou-se abertamente pelo desarmamento da população. Trata-se de uma posição reacionária, pois incute nos explorados o pacifismo, que permite que a burguesia e seu Estado exerçam livremente o monopólio da violência e das armas contra os explorados. Para Fester, a violência é um mal em si. Esse é justamente o conceito que os exploradores pretendem que seja assimilado pelas massas, para que não utilizem a violência contra a opressão de classe.

De fato, a violência na forma como a conhecemos hoje tem sua origem na opressão de classe. É a partir do Estado que se gesta a maior violência, que chega a matar de fome ou doenças mais de 300 mil crianças por ano no Nordeste do país. Estas não têm

sequer o direito de se defenderem, seja com violência ou não. Afirmamos que a violência dos exploradores contra os explorados é reacionária, porque quer impedir o avanço da humanidade para uma sociedade sem opressores e oprimidos. E que a violência dos explorados é progressiva, revolucionária, porque procura romper com a camisa de força imposta à humanidade pelos capitalistas e seu Estado. Falamos da violência das massas em luta e não do terror individual, do tipo foquista.

Finalmente, concluiu na defesa da individualidade, da vida privada, da família, da distribuição de renda, do ensino voltado aos direitos humanos. Como era de se esperar, não foi capaz de perceber, pelos próprios dados que apresentou, que a solução desses problemas passa pela destruição do capitalismo.

Delwek Matheus iniciou sua participação atacando o plano Real de conjunto, fato extremamente progressivo. Mostrou que o plano do governo aumenta a miséria na cidade e no campo. Afirmou que a reforma agrária não pode se realizar plena-

mente sob o capitalismo. Mas foi incapaz de defender a revolução como a saída. Também não foi capaz de defender a violência dos sem-terra contra o latifúndio, ficando apenas na defensiva, afirmando que suas armas são seus instrumentos de trabalho.

O POR, presente à plenária, fez suas intervenções apoiado na concepção marxista-leninista-trotskista, e acabou centralizando o debate ao redor da utilização ou não da violência pelos explorados.

O debate serviu como uma resposta no interior da universidade aos ataques da burguesia contra o MST. Trata-se de ampliar o trabalho do comitê para que sirva como canal de expressão de professores, estudantes e funcionários contra toda forma de opressão política e social.

Nacional



PUC SP - AGOSTO DE 1997

Não permitamos que José Rainha seja condenado por um crime que não cometeu

No dia 16 de setembro, ocorrerá o segundo julgamento do líder do MST José Rainha. O primeiro foi uma farsa total. Os acusadores não apresentaram nenhuma prova. Nenhuma testemunha compareceu. E os jurados foram escolhidos a dedo para condenar José Rainha de qualquer maneira. Em contrapartida, a defesa do acusado apresentou uma prova irrefutável: o líder do MST estava numa reunião com Tasso Jereissati, governador do Ceará, no dia da morte do fazendeiro. Por sorte, tal reunião foi fotografada, de forma que Tasso Jereissati não tem como negar o fato.

Toda essa farsa foi amplamente revelada nos principais jornais do país. Evidentemente, expomos tal falcatrua da Justiça patronal apenas para demonstrar a que ponto os latifundiários controlam juizes, jurados etc. O essencial é que a primeira condenação, de 26 anos!, expressou uma clara

perseguição política ao MST. Quando os poderosos não massacrar os sem-terra, como em Corumbiara e Eldorado dos Carajás, utilizam-se da Justiça para incriminar as lideranças e desfechar a perseguição policial.

Nesse exato momento, o Ministério da Justiça está promovendo um processo contra outra liderança do MST, agora contra José Stédile. Isso porque disse apenas que se escolas estiverem fechadas, os pais e filhos devem ocupá-las para reabri-las; se fábricas forem fechadas, os trabalhadores devem ocupá-las e pô-las em funcionamento e se famílias inteiras estiverem passando fome, devem protestar em frente aos supermercados. Ora, segundo os mandamentos capitalistas deve ser assim: que os filhos dos operários fiquem sem escola onde o governo mandou fechá-las, que os operários fiquem sem empregos se o capitalista fechou

a fábrica e que os milhões de indigentes passem fome, morram de fome, estando os supermercados abarrotados. Enquanto isso o governo neoliberal aplica um plano que fecha escolas, quebra setores produtivos e aumenta a miséria das massas.

É claro que o primeiro mandamento do capitalismo é esse: lutar contra o desemprego, contra a miséria e contra a ignorância é crime. Pois bem, estamos em luta contra esse mandamento dos exploradores. Chamamos os estudantes, professores e funcionários a engrossarem a campanha do COMITÊ contra a condenação de José Rainha e perseguição a João Pedro Stédile. Assine o abaixo-assinado e compareça ao debate do dia 28 de agosto, às 19,30, sala 239, cujo tema é "Capitalismo, pobreza e violência".

Debate: "Capitalismo, pobreza e violência"

Delwek Matheus - Coordenação nacional do MST
Antônio Carlos Fester - Comissão de Justiça e Paz
Dia: 28/agosto - às 19:30 horas, sala 239



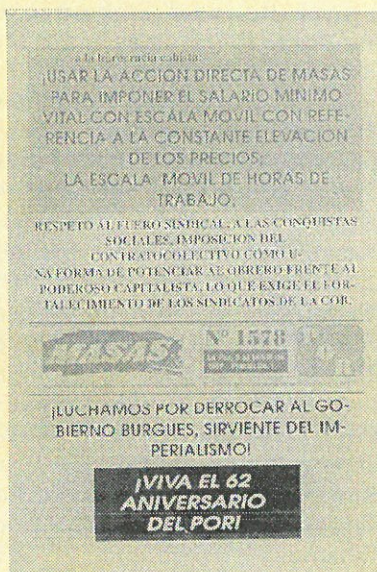
Grande Transcendência do Próximo Congresso do Partido Operário Revolucionário

Em 7 de novembro os trotskistas renderão homenagem pública à Revolução Russa de 1917, ao 62 aniversário do POR e a inauguração de seu Congresso Nacional

Internacional

Está demonstrado que o fortalecimento da abstenção nas últimas eleições prova um grande avanço na politização das massas. A miséria crescente e o desemprego massivo vêm empurrando a nação oprimida a repudiar o novo governo burguês.

Um dos traços salientes do momento político que vivemos consiste em que o banzerismo se mostra impopular ao extremo desde a véspera de sua posse no governo. A manobra da megacoalidação se transformou de imediato em pegacoalidação e extremamente imoral.



A tarefa central do Partido Revolucionário, na Bolívia, o POR, é o único dessa espécie como prova a história, consiste em dar respostas políticas a todas estas modificações da situação política em constante movimento. Esta é a tarefa concreta que deve ser cumprida agora.

Para cumprir devidamente a tarefa que nos é colocada, as células e os comitês regionais devem discutir, desde já, os documentos acerca da orientação e perspectivas da ditadura gorila e narcotraficante, devendo o

resultado desta discussão ser conhecido em todo o partido. O centralismo democrático tem a finalidade de elaborar uma linha única para a atuação partidária no seio das massas, através da mais ampla discussão interna.

Somente desta maneira conseguiremos que a militância dê um descomunal salto adiante em sua formação política e teórica.

A discussão dos problemas sobre a situação política tem de ser feita nas organizações partidárias que atuam no seio das massas. Somente assim conseguiremos dar respostas políticas que sejam a expressão das tendências subterrâneas que se agitam dentro da nação oprimidas.

No Congresso temos de assinalar a futura política que desenvolverá o banzerismo.

Temos de fazer um diagnóstico cabal da resposta que darão as massas ao desgoverno gorila.

Deve assinalar como responderemos ao governo e como devem se armar ideológica e materialmente para assegurar que a luta revolucionária desemboque na revolução social, na vitória

(extraído do Jornal Masas do Partido Operário Revolucionário boliviano nº 1580 de 22/08/97)

O POR faz parte do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional, juntamente com o POR boliviano, o Comitê Construtor do POR Argentino e o Comitê Construtor do POR chileno

Natal

Lançamento da Revista Socialismo Científico nº3

O Partido Operário Revolucionário (POR), publica mais um número da *Revista Socialismo Científico*. Já foram publicadas duas revistas com o objetivo de disseminar as idéias revolucionárias e avançar a construção do Partido Marxista-Leninista-Trotskyista, assimilar as experiências internacionais do proletariado e difundir as conquistas do Marxismo.

Nossa corrente compreende que o ponto de partida para superar a crise de direção e construir o programa-partido é a assimilação da ciência marxista através do trabalho político em meio aos explorados, principalmente no proletariado.

A imprensa operária e revolucionária, expressa

nos jornais e revistas, se constitui na ferramenta indispensável para armar a classe trabalhadora e a todos os explorados contra as imposições da classe dominante (burguesia), é também uma contraposição das idéias veiculadas pela imprensa burguesa.

Para que possamos refletir e discutir sobre os pontos principais dos artigos da revista, o POR convida todos os interessados a participarem do lançamento a ser realizado na CUT, localizada a rua Rio Branco, próximo ao Banco do Brasil, no dia 6 de setembro às 17 horas

Esperamos que a *Revista Socialismo Científico* possa dar mais um passo no objetivo proposto.